



FRANCISCA BABO, BEATRIZ SANTOS,
CATARINA PINHEIRO MOTA, PAULA MENA MATOS
MÓNICA COSTA, HELENA CARVALHO

A perspetiva da imprensa portuguesa sobre os cuidadores no acolhimento residencial de crianças/ /jovens: uma análise documental dos últimos 5 anos

Análise Social, LVII (1.º), 2022 (n.º 242), pp. 140-159

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2022242.06>

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



Análise Social, 242, LVII (1.º), 2022, 140-159

A perspectiva da imprensa portuguesa sobre os cuidadores no acolhimento residencial de crianças/jovens: uma análise documental dos últimos 5 anos. O acolhimento residencial (AR) em Portugal tem sido objeto de um importante escrutínio. Considerando a relevância que a comunicação social assume na opinião pública, este estudo incidirá sobre os principais temas abordados no âmbito do AR em diários e semanários nos últimos 5 anos. A análise documental incidirá num primeiro momento sobre conteúdos noticiosos do AR e num segundo momento nos cuidadores. Os resultados serão discutidos tendo em conta a cobertura noticiosa comparativa e a produção científica neste domínio.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento residencial; cuidadores; análise documental; peças jornalísticas.

The perspective of the Portuguese press on caregivers in residential care for children/young people: A document analysis of the last 5 years. Residential care (RC) in Portugal has been the subject of an important scrutiny. Considering the relevance that the media assumes in public opinion, this study will focus on the main themes addressed in the scope of the RC in daily and weekly newspapers in the last 5 years. The document analysis focused, firstly, on RC news content and, secondly, on caregivers. The results will be discussed taking into account the comparative news coverage and scientific production in this field.

KEYWORDS: Residential care; caregivers; document analysis; newspapers.

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2022242.06>

FRANCISCA BABO
BEATRIZ SANTOS
CATARINA PINHEIRO MOTA
PAULA MENA MATOS
MÓNICA COSTA
HELENA CARVALHO

A perspetiva da imprensa portuguesa sobre os cuidadores no acolhimento residencial de crianças/jovens: uma análise documental dos últimos 5 anos¹

INTRODUÇÃO

À semelhança de outros sistemas de proteção de crianças e jovens em risco noutros países (Colton e Roberts, 2007), a confiança no sistema também tem sido abalada por escândalos associados a abusos e maus-tratos em Portugal. Nos últimos anos, um dos processos mais relevantes neste domínio está associado ao processo Casa Pia denunciado por jornalismo de investigação em 2002 no semanário *Expresso*. O impacto da notícia prendeu-se com o envolvimento de figuras públicas nos abusos, mas também com a constatação de que o Estado falhava na sua obrigação de proteção de crianças e jovens retiradas de situações de risco, nomeadamente no que se refere à “sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (*Diário da República Eletrónico*, 2015, art.º 49.º, p. 7204). Desde então, agudizou-se o escrutínio da opinião pública associado ao sistema de proteção, nomeadamente no que se refere aos profissionais do acolhimento residencial.

1 Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito do projeto CareME PTDC/PSI-ESP/28653/2017.

O acolhimento residencial surge como uma medida de proteção que consiste na colocação de crianças e jovens aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e recursos humanos permanentes que garantam os cuidados necessários e adequados (*Diário da República Eletrónico*, 2019b). Portugal tem uma das taxas mais elevadas no que respeita a crianças e jovens em acolhimento residencial na Europa (Delgado et al., 2019), contrastando com as taxas mais baixas de colocações em acolhimento familiar. De acordo com os últimos dados disponibilizados no relatório CASA (Instituto da Segurança Social, I. P., 2020), existem 6855 crianças e jovens em situação de acolhimento residencial. A mais recente alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (*Diário da República Eletrónico*, 2015) reconhece a prioridade da “continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas” (p. 7199) na concretização do superior interesse da criança e do jovem, nomeadamente de crianças até aos 6 anos de idade. O acolhimento residencial surge como resposta quando a situação específica da criança/jovem o requer ou em casos de impossibilidade de facto (*Diário da República Eletrónico*, 2015, artigos 4.º e 46.º, p. 7199 e p. 7204).

Em acolhimento residencial, a qualidade das relações revela-se de suma importância para a adaptação biopsicossocial dos jovens. Nesse sentido, os cuidadores poderão assumir um papel fundamental na promoção e desenvolvimento de relações reparadoras que permitam a reorganização psicoafectiva da criança e do jovem (Crespo et al., 2013; Fernandes e Oliveira-Monteiro, 2016; Mota e Matos, 2015). Adicionalmente, o mais recente diploma legislativo, que regula o funcionamento das casas de acolhimento e o papel que estas desempenham no projeto de vida das crianças e jovens em perigo retirados às famílias (*Diário da República Eletrónico*, 2019b), reconhece a importância do superior interesse dos mesmos, e a relevância das dimensões relacionais neste domínio. Esta importância é reconhecida, nomeadamente, pela introdução do “estabelecimento de laços afetivos, seguros e estáveis, determinantes para a estruturação e desenvolvimento harmonioso da sua personalidade”, a criação de “relações de afetividade seguras” e o desenvolvimento de “competências e valores que promovam o desempenho do seu papel na comunidade, garantindo o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (pp. 66-67).

Neste processo são muitos os desafios experienciados pelos cuidadores. A investigação sublinha dificuldades na gestão dos comportamentos dos jovens, ausência de supervisão, exaustão emocional e dificuldades na conciliação trabalho-família enquanto indicadores da alta rotatividade dos profissionais (Bednar, 2003; Calheiros e Patrício, 2014; Colton e Roberts, 2007). Adicionalmente, a imagem negativa perpetuada pelos meios de comunicação social (Calheiros et al., 2015), nomeadamente pela exposição pública de

situações de negligência e de abuso emocional neste contexto, parecem contribuir para a estereotipização e perpetuação de uma imagem negativa do acolhimento e dos cuidadores (Colton e Roberts, 2007; Kuznetsova, 2005; Major e O'Brien, 2005). Por sua vez, esta estereotipização poderá associar-se a níveis elevados de desempoderamento (Colton e Roberts, 2007) e um ainda maior desgaste profissional que poderá repercutir-se, em última instância, na qualidade dos cuidados prestados aos jovens.

Sendo inegável o impacto da comunicação social na opinião pública, importa compreender quais os temas que têm sido privilegiados e discutir em que medida espelham a diversidade e qualidade das experiências em contexto de acolhimento residencial. Mais especificamente, e tendo em consideração que a literatura (e.g., Calheiros et al., 2015; 2020) se centra essencialmente nas imagens sociais associadas aos jovens que vivem em acolhimento residencial, importa igualmente destacar as narrativas sobre os cuidadores que têm sido veiculadas pelos *media* nos últimos anos. Assim, no presente artigo, pretende-se analisar a cobertura noticiosa no domínio do acolhimento residencial em Portugal desde a última alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (*Diário da República Eletrónico*, 2015).

MÉTODOS

OBJETIVO

O objetivo principal do presente estudo consiste em realizar uma análise documental das peças jornalísticas publicadas nos últimos 5 anos (desde janeiro de 2015 a dezembro de 2019) em diários e semanários com maior tiragem em Portugal. Especificamente, pretende-se: (1) elaborar um mapeamento das principais temáticas abordadas no âmbito do acolhimento residencial; e (2) proceder a uma análise comparativa das narrativas acerca dos cuidadores no acolhimento residencial, produzidas pelos diários e semanários.

AMOSTRA

De modo a efetuar a pesquisa das peças jornalísticas acerca do acolhimento residencial em Portugal, definiu-se como período temporal os últimos 5 anos, especificamente, a partir de janeiro 2015, data da última alteração legislativa no âmbito da proteção de crianças e jovens em risco (*Diário da República Eletrónico*, 2015), até dezembro de 2019.

Foram selecionados, de acordo com o *site* da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (consultado a 20 de outubro de 2019) os 5 diários e semanários com maior tiragem em contexto nacional, a saber: *Correio da Manhã* (Impresso: 73892; Digital: 1536), *Expresso* (Impresso: 59480;

Digital: 25756), *Jornal de Notícias* (Impresso: 40301; Digital: 4562), *Público* (Impresso: 17136; Digital: 12965) e *Diário de Notícias* (Impresso: 6129; Digital: 1439).

Os documentos foram analisados em versão digital, através da inserção do período temporal e das palavras-chaves (acolhimento residencial, cuidadores e jovens em risco), na base de dados *online* de cada jornal. No total obtiveram-se 15726 peças jornalísticas.

PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DE DADOS

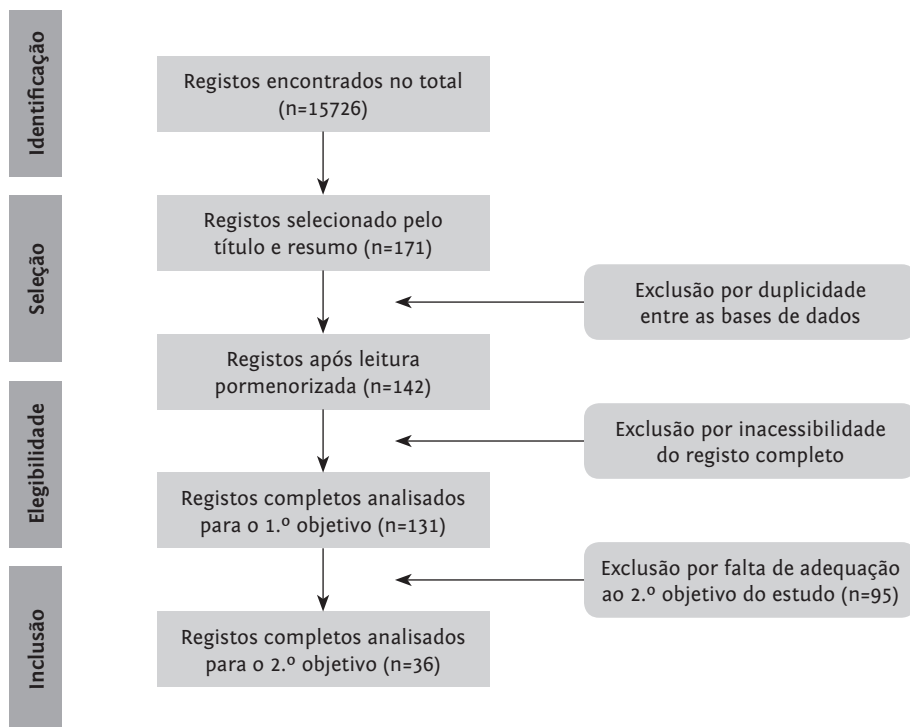
A nível metodológico, utilizou-se uma metodologia qualitativa de análise de dados, especificamente a análise de conteúdo (Bardin, 2011), para a análise das peças jornalísticas. Para uma melhor apreensão da representatividade dos temas identificados, adicionou-se igualmente a percentagem relativamente ao total de notícias do tema coberto. A análise de conteúdo permite, através do recurso a procedimentos sistemáticos (Bardin, 2011), a organização do material explorado em categorias de análise. Este procedimento implicou 3 fases de análise: (1) a pré-análise, desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais que surgem pelo quadro referencial teórico, e estabelecer indicadores para a interpretação das informações recolhidas; (2) a exploração do material, que consiste na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registos e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas; e (3) o tratamento dos resultados, inferências e interpretações (*vide* figura 1; Bardin, 2011). Na fase da pré-análise, foi realizada uma leitura flutuante dos títulos e resumos das 15726 peças jornalísticas que continham os termos “acolhimento residencial” e/ou “institucionalização”. A leitura flutuante refere-se a uma fase de pré-exploração e primeiro contacto com o material que será submetido à análise. Trata-se de um processo de organização, não estruturada, dos aspetos importantes para as próximas fases de análise, onde se apreende de forma global as ideias principais e os seus significados gerais (Bardin, 2011). Através deste processo, tornou-se possível selecionar as notícias relacionadas com o objeto de análise em estudo, eliminando todas as que não se referem ao tema do acolhimento residencial de crianças e jovens em Portugal. Através da leitura flutuante foram destacadas 171 peças jornalísticas, das quais se procedeu a uma seleção rigorosa através dos seguintes critérios: critério da representatividade (onde foram escolhidas peças jornalísticas que representam, em número suficiente, a temática em estudo), critério da homogeneidade (onde foram escolhidas peças jornalísticas referentes ao mesmo tema, neste caso, o acolhimento residencial), critério da pertinência (peças jornalísticas adaptadas aos objetivos do estudo) e critério da exaustividade (onde foram escolhidas peças jornalísticas que esgotassem

todo o assunto referente ao acolhimento residencial, sem omissão de qualquer parte) (Bardin, 2011). Foram excluídas peças jornalísticas repetidas nos diferentes periódicos (29), bem como peças jornalísticas que não se encontravam disponíveis na íntegra em versão digital (11). Desta seleção, surgiu o *corpus* de análise, que perfaz um total de 131 peças jornalísticas e que serão objeto de análise para o primeiro objetivo do estudo, particularmente, o mapeamento dos principais temas abordados no âmbito do acolhimento residencial.

De seguida, e de modo a dar resposta ao segundo objetivo da investigação que se prende com a realização de uma análise comparativa das narrativas acerca dos cuidadores no acolhimento residencial, procedeu-se à seleção de peças jornalísticas que continham os termos “cuidadores”, “funcionários” e/ou “cuidados” no título e/ou resumo, obtendo-se o *corpus* de análise do segundo objetivo do estudo, constituído por 36 peças jornalísticas.

Após finalizada a etapa da pré-análise, iniciou-se a fase da exploração do material, tendo sido realizada a leitura integral das peças jornalísticas que constituíam o campo de *corpus* de cada objetivo do estudo e, por conseguinte, a categorização de todo o material. No sentido de garantir a qualidade da

FIGURA 1
Fluxograma



categorização, foram tidos em conta critérios como a exclusão mútua (onde cada elemento não deve estar em mais do que uma categoria), objetividade e fidelidade (onde diferentes partes do material devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises), e produtividade (onde foram tidas em conta categorias que produzissem resultados informativos e úteis) (Bardin, 2011).

Numa fase inicial da categorização, procedeu-se ao recorte das peças jornalísticas em unidades de registo, ou seja, foram selecionados os parágrafos mais representativos de cada peça jornalística, resumida a sua informação e, de acordo com os temas relacionados, procedeu-se à formulação das categorias iniciais. Seguidamente, as categorias iniciais foram agrupadas tematicamente, originando as categorias intermédias. Finalmente, procedeu-se à aglomeração das categorias intermédias, resultando nas categorias finais (Bardin, 2011).

Por último, no seguimento da exploração do material, iniciou-se a fase do tratamento dos resultados, inferências e interpretações, realizando-se a interpretação e discussão dos conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material recolhido (Bardin, 2011). Procedeu-se, igualmente, a uma análise comparativa, através da justaposição das categorias finais, realçando os aspetos considerados semelhantes e díspares.

O processo de codificação foi realizado por duas investigadoras de forma independente. A identificação das categorias iniciais foi feita de forma individual por cada investigadora, tendo sido discutidas as unidades de análise e as categorias que se diferenciavam ou geravam desacordo. Este processo de discussão envolveu a participação de outras duas investigadoras, enquanto figuras de agente crítico *peer debriefer* (Creswell, 2003). Estes agentes críticos procederam à revisão e análise de todo o processo, desde a codificação, à organização de categorias, interpretação e discussão de resultados. Procedeu-se, ainda, à discussão periódica e conjunta de cada etapa do procedimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito do presente estudo realizaram-se dois momentos de análise. Num primeiro momento analisaram-se as principais temáticas abordadas pelos diários e semanários acerca do acolhimento residencial. Num segundo momento, procedeu-se à análise do conteúdo noticioso referente especificamente aos cuidadores neste contexto.

No que se refere ao primeiro momento de análise, e de acordo com o objetivo primeiro, surgiram 21 categorias iniciais, organizadas em 8 categorias intermédias e 4 categorias finais. As presentes categorias estão assinaladas no quadro 1.

A primeira categoria final, características do acolhimento residencial, abrange 37% da cobertura noticiosa e agrupa 3 categorias intermédias a saber:

QUADRO 1

Construção das categorias associadas ao acolhimento residencial

Categories Iniciais	Categories Intermédias	Categories Finais
1 Número elevado de jovens com problemas de comportamento	i. Caraterísticas dos Jovens	I. Caraterísticas do Acolhimento Residencial
2 Jovens com idades mais elevadas		
3 Comportamentos de fuga		
4 Número de jovens em acolhimento	ii. Casas de acolhimento residencial	
5 Casas segregadoras com sobrelotação		
6 Ausência de condições para acolher		
7 Programas de autonomização	iii. Programas e Intervenções com Jovens	
8 Projetos pioneiros		
9 Atividades desenvolvidas em casas de acolhimento		
10 Intervenções desenvolvidas com os jovens		
11 Agressões e negligência	iv. Exposição a situações de violência em casas de acolhimento	II. Cuidadores em Acolhimento residencial
12 Medidas de proteção contra maus-tratos		
13 Incapacidade na prestação de cuidados	v. Características dos cuidados em acolhimento residencial	
14 Necessidade de cuidados específicos		
15 Necessidade de formação dos cuidadores		
16 Necessidade do aumento de famílias de acolhimento	vi. Implementação de medidas de acolhimento familiar	III. Investimento em medidas de proteção
17 Importância da redução do número de casos em acolhimento residencial		
18 Necessidade de implementação das medidas de acolhimento residencial	vii. Investimento no acolhimento residencial	
19 Apoios em acolhimento residencial		
20 Direitos e Deveres		
21 Alterações na lei de proteção de crianças e jovens em risco	—	IV. Legislação

(i) características dos jovens, onde são problematizadas questões associadas ao número de jovens em acolhimento com problemas comportamentais, sociais e psíquicos e à idade cada vez mais tardia com que estes jovens integram o acolhimento; (ii) casas de acolhimento residencial, onde se destaca a sobrelotação das casas, a ausência de condições de acolhimento bem como a existência de casas segregadoras e não adaptadas às características diferenciadas dos jovens; e (iii) programas e intervenções com os jovens, onde são expostos programas de autonomização e de transição para a vida adulta, atividades específicas e

inovadoras desenvolvidas nas casas de acolhimento, intervenções propostas e realizadas neste contexto e ainda projetos pioneiros desenvolvidos pelas casas de acolhimento (Quadro 1).

A presente categoria representa a maior percentagem de cobertura noticiosa (37%). Esta categoria aborda, maioritariamente, a reduzida adaptação de respostas às especificidades dos jovens, quer no que se refere a desafios emocionais, quer em termos de condições físicas das casas de acolhimento.

A mudança das características dos que foram retirados às famílias por estarem, de algum modo, em perigo constitui um “novo desafio” para o sistema de acolhimento, que tem agora de saber encontrar respostas adequadas à cada vez maior afluência de adolescentes e jovens que chegam [às instituições] já com problemas de comportamento ou hábitos de vida com traços desviantes. [Viana, P3, 2017]

Estes resultados vão ao encontro da literatura científica no domínio, que sublinha a necessidade de adaptação dos recursos e serviços existentes nas casas, às características das crianças e jovens acolhidos (Anglin, 2004; Rodrigues et al., 2013).

A segunda categoria final que engloba 27% da cobertura noticiosa versa, particularmente, sobre os cuidadores em acolhimento residencial e organiza-se em 2 categorias intermédias, a saber: (iv) exposição a situações de violência em casas de acolhimento, onde são problematizadas questões referentes a agressões e negligência em contexto de acolhimento residencial e destacadas medidas de proteção contra os maus-tratos; e (v) características dos cuidados, onde são retratadas questões inerentes a dificuldades na capacidade de resposta por parte dos recursos humanos na prestação de cuidados adaptados às crianças e jovens, bem como questões relativas à necessidade de formação dos cuidadores (Quadro 1). Esta categoria reflete, essencialmente, a imagem veiculada pelos diários e semanários sobre o trabalho dos cuidadores em acolhimento residencial, evidenciando a necessidade de investimento nestes profissionais para o exercício da sua profissão.

A terceira categoria final, investimento em medidas de proteção, engloba 22% do conteúdo noticioso publicado nos diários e semanários. Esta categoria integra 2 categorias intermédias, especificamente: (vi) implementação de medidas de acolhimento familiar onde são problematizadas questões inerentes à necessidade do aumento de famílias de acolhimento e à importância da redução do número de casos em acolhimento residencial; e (vii) o investimento no acolhimento residencial onde se destaca a necessidade de implementar a regulamentação das medidas de acolhimento residencial e a importância dos apoios neste contexto (Quadro 1). A presente categoria ganhou relevo a nível

noticioso, especialmente durante o mês de outubro de 2018, podendo ser justificado pela diminuição de jovens em famílias de acolhimento neste período temporal, onde se destaca a falta de fiscalização destas famílias, a necessidade de apoios neste âmbito e a ausência de investimento político nesta medida: “Há milhares de crianças à guarda do Estado a quem não é dada a oportunidade de estar em situação de acolhimento familiar” (Lopes, DN, 2018). Adicionalmente, em abril de 2019 observou-se uma nova afluência de peças jornalísticas referentes a esta temática. Este aumento parece estar relacionado com a introdução de alterações no paradigma relativo às famílias de acolhimento, veiculadas pelo Estado, “o conceito passa a ser outro: esta função deixa de ser associada a uma profissão. A família de acolhimento é uma resposta, não é uma profissão” (Cordeiro, P3, 2019). Particularmente, passam a ser destacados aspetos associados ao aumento dos apoios e direitos às famílias de acolhimento, alargamento das condições para ser família de acolhimento e maior reconhecimento das famílias como agentes ativos na prática de um papel altruísta e relevante na sociedade. A presente categoria enfatiza ainda o acolhimento familiar como uma medida preferencial, quando comparada com o contexto residencial (*Diário da República Eletrónico*, 2019a). A presente categoria destaca, igualmente, a necessidade de investir nos apoios em contexto de AR, de forma a introduzir melhorias na qualidade dos serviços prestados neste domínio.

Há muito por fazer e não só a regulamentação da medida de acolhimento familiar, mas também a de acolhimento residencial². É, de facto, algo que tarda porque há muito se aguarda, particularmente, a segunda. Sendo a lei de 1999 e tendo entrado em vigor em 2001, é um lapso de tempo que fala por si. [JN, 2019]

Por último, a quarta categoria final, Legislação, integra a menor percentagem de cobertura noticiosa (14%). Esta categoria aborda o enquadramento legal dos direitos e deveres do acolhimento residencial, bem como as alterações que decorreram na lei de proteção de crianças e jovens em risco (Quadro 1). As alterações dos quadros legais em vigor, nomeadamente da Lei de Proteção

2 “O acolhimento familiar consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral” (Decreto-Lei n.º 147/1999, p. 7220). “A medida de acolhimento residencial consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados” (Decreto-Lei n.º 147/1999, p. 7204).

de Crianças e Jovens em Perigo (*Diário da República Eletrónico*, 2015) e do novo diploma legislativo (*Diário da República Eletrónico*, 2019b) promoveram um aumento de cobertura noticiosa neste domínio nos meses posteriores à publicação. O conteúdo noticioso versa sobre a necessidade de um investimento prático das medidas envolventes ao novo enquadramento legal face ao acolhimento residencial, “é preciso regulamentar para que haja uma intervenção mais cuidada, mais assertiva e mais acertada também, para que se efetive de modo mais concreto e mais eficaz esta medida de proteção” (DN, 2019). Adicionalmente, o conteúdo noticioso aborda o desenvolvimento de campanhas de sensibilização sobre os desafios e oportunidades de resposta para as famílias que se pretendem candidatar a família de acolhimento.

Uma análise das categorias iniciais em discussão permite-nos constatar que todas retratam diferentes ângulos do que são os desafios do acolhimento residencial, das suas alterações ao longo do tempo e do papel do Estado enquanto garante dos direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. O acolhimento residencial tem sofrido alterações ao longo do tempo, pontuados por alterações legislativas quer no domínio mais lato de promoção e proteção (Lei n.º 147/99, *Diário da República Eletrónico*, 1999, revista na Lei n.º 142/2015, *Diário da República Eletrónico*, 2015) quer de legislação mais específica no domínio do acolhimento (*Diário da República Eletrónico*, 2019b). No entanto, ainda se verificam algumas descontinuidades na forma como o acolhimento é compreendido no espectro mais alargado da promoção e proteção de crianças e jovens em risco. Portugal tem uma das taxas mais elevadas de crianças e jovens em situação de acolhimento residencial (Delgado et al., 2019), verificando-se o recurso ao acolhimento familiar praticamente residual (Instituto da Segurança Social, I. P., 2019).

A revisão do enquadramento legal no domínio do acolhimento familiar vem responder a apelos internacionais neste domínio e criar condições para que esta medida seja representativa e concreta em situações de proteção e promoção em meio não natural de vida. No entanto, se é urgente a necessidade de alargar as respostas no âmbito do acolhimento familiar em Portugal, de resto contempladas recentemente no Decreto-Lei n.º 139/2019, apresentá-la como resposta única a toda a panaceia de problemas e complexidades subjacentes ao acolhimento residencial, inviabiliza uma análise da complexidade e dos desafios do acolhimento residencial. Esta leitura pode contribuir para uma diabolização e simplificação das respostas do acolhimento, nomeadamente quando não se analisa em profundidade os fatores subjacentes à qualidade das respostas, a heterogeneidade da qualidade das respostas desenvolvidas neste domínio e os fatores subjacentes (e.g., Costa et al., 2019). Se a investigação tem apontado para os efeitos negativos do acolhimento residencial no desenvolvimento

das crianças (e.g., IJzendoorn et al., 2011), tem também sublinhado a importante heterogeneidade dos cuidados e da qualidade da proteção (e.g., Costa et al., 2019). Assim, são inúmeros os motivos para se continuar a explorar o potencial do AR, não como resposta generalista, mas como um conjunto de respostas diversificadas e alargadas que sob determinadas condições poderão constituir-se enquanto importantes contextos de ajuda para crianças/jovens (Gilligan, 2014). A eficácia das respostas depende da preparação de um contexto físico, do trabalho relacional e disponibilidade para integrarem aquilo que são as especificidades e necessidades das histórias das crianças, dos jovens e das suas famílias.

Assumindo o papel central dos cuidadores na qualidade das respostas, num segundo momento, procedeu-se a uma análise detalhada da cobertura

QUADRO 2

Construção das categorias associadas aos cuidadores

Categories Iniciais	Categories Intermédias	Categories Finais
1 Técnicos acusados de maus-tratos	i.	I.
2 Educadores acusados de maus-tratos	Cuidadores agressores	Maus-tratos nas Casas de Acolhimento Residencial
3 Respostas do tribunal	ii.	
4 Petições públicas	Gestão das práticas de mau-tratos	
5 Afeto/proximidade	iii.	
6 Importância de não substituir as famílias	Qualidade da relação estabelecida (cuidador-jovem)	
7 Qualidade do acolhimento		II.
8 Regras e limites		Caraterísticas dos Cuidados
9 Separação entre quem cuida e quem decide o futuro dos jovens	iv.	
10 Todos são cuidadores	Caraterísticas subjacentes aos cuidadores para o estabelecimento de relações	
11 Bem-estar dos cuidadores		
12 Rotatividade/horários		
13 Importância da supervisão	v.	III.
14 Importância da formação dos cuidadores	Formação de desenvolvimento pessoal	Necessidade de Formação dos Cuidadores
15 Plano DOM	vi.	
	Qualificação das equipas	
16 Agressividade dos jovens	vii.	
17 Sentimentos de culpa e desânimo dos cuidadores	Dificuldades em lidar com os jovens	IV.
18 Fugas e preocupação com a segurança dos jovens		Desafios de Ser Cuidador
19 Dificuldade em lidar com as famílias	viii.	
20 Falta de recursos humanos	Dificuldades inerentes ao sistema	

noticiosa relativa aos cuidadores em acolhimento residencial. Das 36 peças jornalísticas que fazem referência aos cuidadores em acolhimento residencial surgiram 20 categorias iniciais, dispostas em 8 categorias intermédias e 4 categorias finais (Quadro 2).

A primeira categoria final refere-se aos maus-tratos nas casas de acolhimento residencial, integrando 47% da cobertura noticiosa dos últimos 5 anos, agrupando 2 categorias intermédias, particularmente: (i) cuidadores agressores, técnicos e educadores perpetuadores de maus-tratos e (ii) gestão das práticas de maus-tratos que inclui as respostas da justiça face às situações de maus-tratos, e respostas da sociedade face a estas situações, por exemplo, através de petições públicas (Quadro 2). As peças jornalísticas abordam aspetos mais descritivos associados aos alegados abusos (físicos, psicológicos e sexuais), não se identificando nenhum período particular de maior produção noticiosa.

A segunda categoria final, características dos cuidados, representa 28% do total de cobertura noticiosa. Esta categoria integra 2 categorias intermédias, nomeadamente: (iii) qualidade da relação estabelecida (cuidador-jovem) onde são apresentadas questões relativas à importância do afeto e da proximidade dos cuidadores, à importância destes profissionais não substituírem as famílias e ainda questões relativas à qualidade do acolhimento e à imposição de regras e limites; e (iv) características subjacentes aos cuidadores para o estabelecimento de relações, onde se destaca a importância de existir uma separação entre quem cuida e quem decide o futuro dos jovens, a importância de se repensar no papel que todos os elementos da casa desempenham, bem como a necessidade do ajustamento das condições e o seu impacto na qualidade do cuidado prestado (Quadro 2). Ainda que a percentagem de cobertura noticiosa da presente categoria seja claramente inferior à anterior, a existência desta categoria parece refletir a sensibilidade dos jornais para a importância do estabelecimento de relações de qualidade entre os cuidadores e os jovens em contexto de acolhimento residencial.

A investigação tem vindo a apontar que a variabilidade da qualidade da relação e dos cuidados prestados pelos cuidadores em acolhimento residencial, parece ter implicações importantes para o desenvolvimento cognitivo, social e físico dos jovens (e.g., Costa, et al., 2019). Por sua vez, a qualidade e características deste cuidado parece resultar da estreita interação entre dimensões intrapessoais dos cuidadores e dimensões organizacionais e ambientais do contexto do AR (e.g., Kind et al., 2020; Leipoldt et al., 2019). A abordagem noticiosa acerca das características do cuidado faz refletir a importância de se reconhecer estas dimensões ambientais/contextuais dos cuidados, tais como a estabilidade e consistência da equipa, e as condições de trabalho como aspetos importantes na relação cuidador-jovem (Carlson et al., 2014; Porter et al.,

2020). Adicionalmente, o reconhecimento das exigências e características do cuidado, bem como a sua importância no relacionamento com as crianças e jovens, salienta a necessidade de uma visão mais ampla do acolhimento residencial e do reconhecimento de todos os membros da casa enquanto elementos significativos num contexto de cuidados (e. g., Morison et al., 2019).

Uma terceira categoria final diz respeito à necessidade de formação dos cuidadores, integrando 25% da cobertura noticiosa. A presente categoria agrupa 2 categorias intermédias, nomeadamente: (v) formação de desenvolvimento pessoal, onde são referidas questões relativas à importância da supervisão e da formação dos cuidadores e (vi) qualificação das equipas, onde os jornais destacam a importância do Plano DOM³ na contratação de quadros superiores (Quadro 2). Observa-se que ao longo dos últimos anos as peças jornalísticas apontam, sobretudo, a ausência de formação adequada para a equipa técnica e equipa educativa, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo. “Muitas das vezes temos casas com equipas acolhedoras, mas pouco qualificadas, pessoas que agem na base da boa-fé, da intuição, da boa vontade, e isso não chega” (Cordeiro, P3, 2017). De facto, a investigação tem sublinhado que a tarefa de cuidar de crianças e jovens em contexto de acolhimento residencial é complexa, às vezes recompensadora, mas também extremamente difícil e emocionalmente desgastante, onde os cuidadores, na maioria das vezes, não possuem o apoio adequado e apresentam níveis relativamente baixos de formação (Golding, 2003; Silva e Gaspar, 2014; Smith, 2017), salientando-se a necessidade de supervisão, apoio psicológico e melhoria das condições de trabalho.

A última categoria final, desafios de ser cuidador, corresponde a 8% da cobertura noticiosa. Esta categoria engloba duas categorias intermédias, a saber: (vii) dificuldades em lidar com os jovens, que problematiza questões associadas aos comportamentos agressivos dos jovens, aos sentimentos de culpa e desânimo dos cuidadores e às fugas e preocupação com a segurança dos jovens; e (viii) dificuldades mais generalistas associadas ao sistema de acolhimento, abordando questões como a dificuldade em lidar com as famílias e a falta de recursos humanos nas casas de acolhimento (Quadro 2).

A ausência de uma leitura crítica, por parte das peças jornalísticas, das dimensões contextuais associadas ao acolhimento residencial, bem como a abrangente cobertura noticiosa acerca dos maus-tratos e o modo alarmista

3 Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças, visa a implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidos, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil.

como são transmitidos ao público, poderão promover uma generalização abusiva e simplificada da imagem sobre o cuidado e sobre os cuidadores no contexto de acolhimento residencial. Se o trabalho realizado pelos diários e semanários se tem revelado fundamental para a sinalização e investigação de maus-tratos e abusos, a ausência de peças jornalísticas sobre o trabalho realizado no acolhimento, nomeadamente sobre a exigência do mesmo – e.g., baixas condições de trabalho, trabalho por turnos, lidar com comportamentos de dor e de desafio, alta rotatividade (Dowling e Banka, 2019) –, poderá potenciar uma imagem negativa e estereotipada do cuidador, contribuindo, por si só, para mais um indicador de *stress* para estes profissionais.

Além da necessidade de compreensão do contexto do cuidado, torna-se fundamental compreender o que representa ser cuidador e as implicações de uma comunicação paradoxal da profissionalização do cuidador. A profissionalização de carreiras poderá constituir-se como uma estratégia-chave para entender e lidar com os desafios inerentes ao sistema de acolhimento residencial (Bowlby e World Health Organization, 1952). Se, por um lado, é consensual a necessidade de promover um cuidado terapêutico, profissionalizante e estável, por outro as condições de trabalho e as características do cuidado apelam à mobilidade e ao baixar de braços, dependendo a continuidade muitas vezes de um sentido de missão admirável, mas nem sempre desejável. Estas dimensões parecem pouco abordadas na cobertura noticiosa em análise, revelando-se fundamentais para combater uma visão parcializada e potenciar pontos de vista desfavoráveis sobre questões relacionadas aos cuidados residenciais (Calheiros et al., 2015; Colton e Roberts, 2007).

De facto, a ausência de reconhecimento da profissão, dos seus desafios e da responsabilidade constituem reptos adicionais inerentes aos cuidadores podendo levar a altos níveis de exaustão emocional, sentimentos de despersonalização e baixos níveis de realização pessoal (Decker et al., 2002; Silva e Gaspar, 2014). Uma visão compreensiva do acolhimento residencial, implica uma abordagem mais aproximada ao que são os desafios do cuidado de crianças e jovens que manifestam comportamentos de “dor ou baseados na dor” (Anglin, 2004, p. 178), a conciliação entre as exigências de um trabalho que lida com o sofrimento todos os dias e a vida familiar, o trabalhar por turnos e as baixas condições remuneratórias, ausência de supervisão ou de acompanhamento psicológico (Dowling e Banka, 2019). Os profissionais assumem um papel fundamental na promoção e desenvolvimento de relações reparadoras neste contexto, contribuindo para a organização psicoafectiva das crianças e jovens (Crespo et al., 2013; Fernandes e Oliveira-Monteiro, 2016; Mota e Matos, 2016), sendo por isso, fundamental atender aos preditores subjacentes à qualidade dos cuidados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo oferece contributos importantes para a reflexão em torno de questões centrais no domínio da promoção e proteção, nomeadamente no que se refere à produção de material noticioso sobre medidas de acolhimento em Portugal. Se, por um lado, o papel da qualidade do cuidado é sublinhado como dimensão central no sistema de proteção em AR, por outro, uma análise das categorias emergentes nas duas análises realizadas permite-nos constatar a complexidade e dificuldades associadas a um AR que proteja e promova. Tal como a investigação indica, a qualidade do cuidado no AR parece resultar da articulação entre características individuais dos cuidadores e dimensões organizacionais e ambientais do cuidado (e.g., Kind et al., 2020; Leipoldt et al., 2019). Investir num cuidado consistente e seguro não pode ser isolado de um investimento nas condições de trabalho, no suporte emocional e em práticas reflexivas e no trabalho com as famílias e a comunidade. Adicionalmente, a diversificação de respostas, nomeadamente no que se refere ao acolhimento familiar revelar-se-á fundamental para proceder a uma aproximação entre necessidades e direitos das crianças e eficácia de respostas no domínio da proteção e promoção. Uma análise aprofundada e compreensiva do sistema de proteção e promoção de crianças e jovens em risco em Portugal implica, por isso, uma análise sistémica desde o risco até à avaliação de eficácia de medidas, sendo por isso, fundamental envolver as diferentes vozes e instituições neste processo.

Por último, importa realçar a importância da comunicação social na opinião pública, nomeadamente no contributo para uma análise compreensiva e complexa do sistema de promoção e proteção, revelando-se fundamental aproximar aquilo que é o conhecimento produzido na investigação neste domínio e a disseminação de informação em meios de comunicação generalista. Neste processo de análise é possível constatar a diferenciação de peças jornalísticas de acordo com o grau de complexidade com que abordaram o fenómeno. Se, por um lado, é possível constatar o espaço ocupado pela divulgação de situações de maus-tratos de cuidadores no acolhimento; por outro, o envolvimento dos diversos atores do acolhimento residencial (sejam eles os jovens, famílias, cuidadores, diretores técnicos e investigadores) na análise do AR parece dar um contributo fundamental para a identificação das dimensões subjacentes à qualidade das respostas desenvolvidas no âmbito do acolhimento. Do mesmo modo, alerta-se para o caminho que ainda há a percorrer nas respostas de promoção e proteção das crianças e jovens. Neste domínio, a investigação tem também a responsabilidade de alargar o espectro de disseminação dos resultados ao público em geral, não se encerrando em periódicos e apresentação

de trabalhos no meio científico. Neste trabalho conjunto de democratização do conhecimento, parece existir ainda um percurso muito importante a fazer. A complexidade que este domínio de análise encerra implica investigadores, a comunidade e a comunicação social. Seja este estudo também capaz de contribuir para uma melhoria na vida das crianças e jovens, incitando uma reflexão mais complexa e aprofundada das diferentes representações sobre o cuidado e os cuidadores em acolhimento residencial.

As limitações do presente estudo prendem-se com as especificidades associadas à análise documental. Se a autenticidade dos documentos está assegurada, a acessibilidade dos conteúdos noticiosos (Bowen, 2009) poderá ter sido constringida pelo facto de a pesquisa ter incidido sobre conteúdos disponíveis online (alguns dos quais exigindo assinatura). Apesar de na maioria dos casos se verificar uma sobreposição dos conteúdos noticiosos divulgados por meios de comunicação televisivos e imprensa off e online, os resultados apenas dizem respeito à imprensa escrita, pois o acesso a arquivos audiovisuais exige recursos adicionais. Esta limitação poderá levar a que o impacto dos resultados seja diferente de acordo com a audiência em causa. A triangulação das categorias emergentes e fontes de informação divulgadas por meios de comunicação televisivos, ou grupos focais (realizados com profissionais da comunicação social e opinião pública) poderão constituir-se a montante enquanto importantes estratégias de validação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGLIN, J. P. (2004), “Creating ‘well-functioning’ residential care and defining its place in a system of care”. *Child and Youth Care Forum*, 33(3), pp. 175-192. Disponível em <https://doi.org/10.1023/B:CCAR.0000029689.70611.of>.
- BARDIN, L. (2011 [1977]), *Análise de Conteúdo*. L. de A. Rego, A. Pinheiro (trads.), Lisboa, Edições 70.
- BEDNAR, S. (2003), “Elements of satisfying organizational climates in child welfare agencies”. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 84, pp. 7-12. Disponível em <https://doi.org/10.1606/1044-3894.70>.
- BOWEN, G. A. (2009), “Document analysis as a qualitative research method”. *Qualitative Research Journal*, 9(2), pp. 27-40. Disponível em <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- BOWLBY, J., WORLD HEALTH ORGANIZATION (1952), *Maternal Care and Mental Health: A Report Prepared on Behalf of the World Health Organization as a Contribution to the United Nations Programme for the Welfare of Homeless Children*. Genebra, World Health Organization. Disponível em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/40724>.
- CALHEIROS, M. M., PATRÍCIO, J. N. (2014), “Assessment of needs in residential care: perspectives of youth and professionals”. *Journal of Child and Family Studies*, 23(3), pp. 461-474. <https://doi.org/10.1007/s10826-012-9702-1>.

- CALHEIROS, M. M., GARRIDO, M. V., LOPES, D. et al. (2015), "Social images of residential care: how children, youth and residential care institutions are portrayed?". *Children and Youth Services Review*, 55, pp. 159-169. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.06.004>.
- CALHEIROS, M. M., PATRÍCIO, J. N., SILVA, C. S. (2020), "Social support as a moderator of associations between youths' perceptions of their social images and self-representations in residential care". *Children and Youth Services Review*, 119, pp. 1-9. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105667>.
- CARLSON, E. et al. (2014), "The emergence of attachment following early social deprivation". *Development and Psychopathology*, 26, pp. 1-11. Disponível em <https://doi.org/10.1017/S0954579414000078>.
- COLTON, M., ROBERTS, S. (2007), "Factors that contribute to high turnover among residential child care staff". *Child and Family Social Work*, 12, pp. 133-142. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2006.00451.x>.
- CORDEIRO, A. D. (2017), "As casas para as crianças em perigo não estão preparadas para as acolher". *Público*, 05-01-2017. Disponível em <https://www.publico.pt/2017/01/05/sociedade/entrevista/as-casas-de-acolhimento-de-criancas-em-perigo-nao-estao-preparadas-para-a-colher-1756637>.
- CORDEIRO, A. D. (2019), "Estado reforça apoio a famílias que recebam crianças em risco". *Público*, 26-04-2019. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/04/26/sociedade/noticia/estado-reforca-apoios-familias-recebam-criancas-risco-1870425>.
- COSTA, M., MOTA, C. P., MATOS, P. M. (2019), "Predictors of psychosocial adjustment in adolescents in residential care: a systematic review". *Child Care in Practice*, pp. 1-30. Disponível em <https://doi.org/10.1080/13575279.2019.1680533>.
- CRESPO, C., JOSE, P. E., KIELPIKOWSKI, M. et al. (2013), "On solid ground': family and school connectedness promotes adolescents' future orientation". *Journal of Adolescence*, 36(5), pp. 993-1002. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2013.08.004>.
- CRESWELL, J. W. (2003), *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*, Thousand Oaks, California, Sage.
- DECKER, J. T., BAILEY, T. L., WESTERGAARD, N. (2002), "Burnout among childcare workers". *Residential Treatment for Children & Youth*, 19(4), pp. 61-77. Disponível em https://doi.org/10.1300/J007V19N04_04.
- DELGADO, P., PINTO, V. S., CARVALHO, J. M. et al. (2019), "Family contact in foster care in Portugal. The views of children in foster care and other key actors". *Child & Family Social Work*, 24(1), pp. 98-105. Disponível em <https://doi.org/10.1111/cfs.12586>.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÓNICO (1999), "Lei n.º 147/1999, de 1 de setembro". *Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01*. Lisboa, Assembleia da República, pp. 6115-6132. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/lei/147/1999/09/01/p/dre/pt/html>.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÓNICO (2015), "Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro". *Diário da República n.º 175/2015, Série I de 2015-09-08*. Lisboa, Assembleia da República, pp. 7198-7232. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/lei/142/2015/09/08/p/dre/pt/html>.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÓNICO (2019a), "Decreto-Lei n.º 139/2019 de 16 de setembro". *Diário da República n.º 177/2019, Série I de 2019-09-16*. Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, pp. 11-29. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/139/2019/09/16/p/dre/pt/html>.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÓNICO (2019b), "Decreto-lei n.º 164/2019 de 25 de outubro". *Diário da República n.º 206/2019, Série I de 2019-10-25*. Lisboa, Presidência do Conselho de

- Ministros, pp. 65-79. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/164/2019/10/25/p/dre/pt/html>.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2019), “PS-M recomenda regulamentação de regime de funcionamento das casas de acolhimento de crianças e jovens”, 01-02-2019. Disponível em <https://www.dnoticias.pt/madeira/ps-m-recomenda-regulamentacao-de-regime-de-funcionamento-das-casas-de-acolhimento-de-criancas-e-jovens-AX4312525>.
- DOWLING, D., BANKA, P. (2019), “Workplace violence in social care settings: traumatic stress and burnout in staff”. *DBS Business Review*, pp. 108-129. <https://doi.org/10.22375/dbr.v3io.62>.
- FERNANDES, A., OLIVEIRA-MONTEIRO, N. (2016), “Psychological indicators and perceptions of adolescents in residential care”. *Paidéia*, 26(63), pp. 81-89. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-43272663201610>.
- GILLIGAN, R. (2014), “Foreword”. In J. W. Whittaker, J. F. del Valle, L. Holmes (eds). *Therapeutic Residential Care with Children and Youth: Developing Evidence-Based International Practice*, Londres e Filadélfia, Jessica Kingsley Publishers, pp. 11-20.
- GOLDING, K. S. (2003), “The human rights and responsibilities of foster and residential carers”. *The International Journal of Human Rights*, 7(1), pp. 87-103. Disponível em <https://doi.org/10.1080/714003791>.
- IJZENDOORN, M. H., PALACIOS, J., SONUGA-BARKE, E. J. et al. (2011), “Children in institutional care: delayed development and resilience”. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 76(4), pp. 8-30. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1540-5834.2011.00626.x>.
- INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. (2019), *CASA 2018 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa, Instituto da Segurança Social I. P.
- INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. (2020), *CASA 2019 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa, Instituto da Segurança Social I. P.
- JORNAL DE NOTÍCIAS (2019), “Procuradora-geral da República diz que há muito investimento a fazer na proteção de menores”, 09-05-2019. Disponível em <https://www.jn.pt/justica/pgr-diz-que-ha-muito-investimento-a-fazer-na-protECAo-de-menores-10879979.html>.
- KIND, N., BÜRGIN, D., FEGERT, J., et al. (2020), “What protects youth residential caregivers from burning out? A longitudinal analysis of individual resilience”. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(7), 2212, pp. 1-12. Disponível em <https://doi.org/10.3390/ijerph17072212>.
- KUZNETSOVA, T. I. (2005), “Social stereotypes of the perception of graduates of children’s homes”. *Russian Education and Society*, 47(2), pp. 19-30. Disponível em <https://doi.org/10.1080/10609393.2005.11056948>.
- LEIPOLDT, J. D. et al. (2019), “Determinants and outcomes of social climate in therapeutic residential youth care: A systematic review”. *Children and Youth Services Review*, 99, pp. 429-440. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.02.010>.
- LOPES, M. B. (2018), “O acolhimento familiar não era uma prioridade?”. *Diário de Notícias*, 25-11-2018. Disponível em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/25-nov-2018/o-acolhimento-familiar-nao-era-uma-prioridade-10227499.html>.
- MAJOR, B., O’BRIEN, L. T. (2005), “The social psychology of stigma”. *Annual Review of Psychology*, 56, pp. 393-421. Disponível em <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070137>.
- MORISON, A., TAYLOR, E., GERVAIS, M. (2019), “How a sample of residential childcare staff conceptualize and use attachment theory in practice”. *Child & Youth Services*, 41(1), pp. 3-27. Disponível em <https://doi.org/10.1080/0145935X.2019.1583100>.

- MOTA, C. P., MATOS, P. M. (2015), “Adolescents in institutional care: significant adults, resilience and well-being”. *Child and Youth Care Forum*, 44, pp. 209-224. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s10566-014-9278-6>.
- MOTA, C. P., MATOS, P. M. (2016), “Caregiver’s attachment and mental health on perceived bond in institutional care”. *Professional Psychology: Research and Practice*, 47(2), pp. 110-119. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1037/pro0000047>.
- PORTER, R. B., MITCHELL, F., GIRALDI, M. (2020), *Function, Quality and Outcomes of Residential Care: Rapid Evidence Review*, CELCIS, Glasgow.
- RODRIGUES, S., BARBOSA-DUCHARNE, M., VALLE, J. F. d. (2013), “La calidad del acogimiento residencial em Portugal y el ejemplo de la evolución española”. *Papeles del Psicólogo*, 34(1), pp. 11-22.
- SILVA, I. S., GASPAS, M. F. (2014), “The challenge of improving positive residential care practices: evidence from staff experiences in Portugal”. *International Journal of Child and Family Welfare*, 15(1/2), pp. 92-109.
- SMITH, Y. (2017), “Sense’ and sensitivity: Informal apprenticeship among youth care workers in a residential treatment center of children”. *Child & Family Social Work*, 22(3), pp. 1330-1337. Disponível em <https://doi.org/10.1111/cfs.12350>.
- VIANA, C. (2017), “Crianças à guarda do Estado são cada vez mais velhas e problemáticas”, *Público*, 28-07-2017. Disponível em <https://www.publico.pt/2017/07/28/sociedade/noticia/criancas-a-guarda-do-estado-sao-cada-vez-mais-velhas-e-problematicas-1780557>.

Recebido a 06-08-2020. Aceite para publicação a 29-09-2021.

BABO, F. et al. (2022), “A perspetiva da imprensa portuguesa sobre os cuidadores no acolhimento residencial de crianças/jovens: uma análise documental dos últimos 5 anos”. *Análise Social*, 242, LVII (1.º), pp. 140-159.

Francisca Babo » francisca.babo@gmail.com » Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro » Quinta de Prados — 5001-801, Vila Real, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-9214-7397>.

Beatriz Santos » biasilva.santos1995@gmail.com » Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto » Rua Alfredo Allen — 4200-135, Porto, Portugal » <https://orcid.org/0000-0003-2371-2740>.

Catarina Pinheiro Mota » catppmota@utad.pt » Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro » Quinta de Prados — 5001-801, Vila Real, Portugal » <https://orcid.org/0000-0003-1814-7425>.

Paula Mena Matos » pmmatos@fpce.up.pt » Centro de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto » Rua Alfredo Allen — 4200-135, Porto, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-5763-8070>.

Mónica Costa » monica_raquelcosta@hotmail.com » Centro de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto » Rua Alfredo Allen — 4200-135, Porto, Portugal » <https://orcid.org/0000-0001-8999-8695>.

Helena Carvalho » helenacarvalho@fpce.up.pt » Centro de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto » Rua Alfredo Allen — 4200-135, Porto, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-1927-2853>.
